

[TRAMITAÇÃO – Vetos do prefeito são justificados pela autora como erros que não alteram ideia inicial

# “Erro de redação” atrasa lei antifumo

Fernanda Morais

A Câmara Municipal de Anápolis aprovou essa semana os vetos do prefeito Antônio Gomide (PT) ao projeto de lei que proíbe o consumo de cigarros e similares em ambientes de uso coletivo públicos e privados. Uma das alterações aprovadas diz respeito especificamente à fiscalização do cumprimento da nova legislação.

No texto original a autora, vereadora Gina Tronconi (PPS), estava propondo que o trabalho de fiscalização fosse feito pela Vigilância Sanitária Estadual e pelo Procon. O Executivo vetou o artigo e justificou da impossibilidade da legislação municipal criar novas atribuições ao Estado.

Gina Tronconi classificou o veto como uma “correção da redação”, sem interferência na proposta inicial. “Acreditamos que essa lei vai melhorar a qualidade de vida das pessoas”. Cabe agora à vereadora elaborar emenda informando sobre de quem seria a competência no combate ao fumo em ambientes públicos.

Outro veto do prefeito foi o artigo que determinava à administração municipal a tarefa de fornecer medicamentos antitabagismo a toda rede pública do município. A interpretação feita pelo Executivo é que essa tarefa incluiria, inclusive, órgãos estaduais. Esse tipo de despesa é vetado por lei.

Gina Tronconi reconheceu que é competência do Estado fornecer medicação para o tratamento daqueles que querem parar de fumar. “Foi mais um erro de digitação mesmo. Quero acreditar que o veto seja apenas por este motivo, já que esta foi a justificativa [do prefeito]. Espero que ao voltar para esta Casa com o veto sancionado, finalmente a lei passe a ter validade.

A vereadora do PPS destacou que pretende pro-



VEREADORA GINA Tronconi reconhece que a fiscalização da lei será difícil

toger os não-fumantes em ambientes públicos. “O cigarro é uma praga, causa câncer, dificuldades respiratórias, enfisema pulmonar e outras tantas doenças”. Gina reconheceu que não será fácil fazer a fiscalização do cumprimento da lei, principalmente pela carência de profissionais que atuam na área. “Esse é o segundo passo no sentido de viabilizar a nova legislação, mas eu sei que nosso contingente de fiscais é pequeno”, frisou.

O projeto de lei da vereadora segue uma tendência nacional. Em Goiânia a lei antifumo ainda não emplacou justamente pelas deficiências de fiscalização. “Não vai ser fácil mudar o

costume das pessoas, principalmente em bares e restaurantes, mas tudo tem que ter um início. Eu me preocupo é com o funcionamento da lei, que vai exigir um trabalho de fiscalização conjunto”, comentou Gina Tronconi.

No projeto de lei, caberá ao responsável pelo recinto advertir os eventuais infratores sobre a proibição do fumo. Caso ele persista, terá que ser retirado do ambiente. A negativa do fumante dá o direito do uso da força policial. O empresário omissor estaria sujeito às penalidades impostas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Gina Tronconi destacou a importância dos proprie-

tários de bares e boates aderirem à proibição. “Temos reflexos de leis federais e estaduais, temos o Procon, a Postura e os usuários para auxiliar na adesão a esse projeto. Tudo que reflete na saúde está ligado a todos nós. Não é fácil ter vigias em boates em todas as festas, mas a ação conjunta pode ser o principal foco para atingirmos o nosso objetivo”.

## PROJETO

Apresentado em novembro de 2009, além de proibir o uso de cigarros, charutos ou qualquer outro produto fumígeno em ambientes de uso coletivo públicos e privados, o projeto de lei inclui que antes do início da aplicação das penalidades deve ser realizada pelo município uma ampla campanha educativa com participação da mídia. “Antes de tudo é necessário esclarecer o que é a lei, quais os deveres impostos na proibição desta lei”, disse a vereadora Gina Tronconi.

Os locais onde ficarão proibidos de se consumir produtos fumígenos deverão ter fixados avisos alertando os usuários sobre a proibição com ampla visibilidade. “Para os locais onde vendem cigarro, o empresário deverá proteger e vigiar para que o comprador não se sinta no direito de fazer o consumo mediante a proibição”, alertou Gina.

De acordo com o projeto de lei, nenhum produto fumífero pode ser consumido em locais coletivo públicos ou privados. A medida não se aplica a recintos abertos ou ao ar livre. Entre os locais de proibição estão repartições públicas e ambientes comuns de condomínios. Neste caso o papel de fiscalização pode ser comprometido, por exemplo, quando o órgão precisar ter acesso a condomínios, onde seria necessário ser feita uma denúncia, por se tratar de um local privado.

## Tratamento do vício em drogas ainda é limitado

O aumento de vícios em drogas, facilmente comprovado por estatísticas da polícia, esbarra na falta de locais públicos para a reabilitação dessas pessoas. Anápolis tem tentado criar uma política específica para o setor, mas o próprio secretário municipal de Saúde, Wilmar Martins, reconhece as carências. “A crítica de que poucos são os espaços de reabilitação é válida levando em conta o número de projetos voltados para a causa”.

O titular da pasta da Saúde destaca que as iniciativas ainda são irrisórias diante da velocidade que a droga tem se espalhado na sociedade. “São jovens, adultos, idosos e crianças inseridas nesse mundo”. Segundo ele, esse é o motivo que levou a Prefeitura de Anápolis a incentivar a criação de um projeto que trate de adolescentes viciados, oferecendo reabilitação e educação profissionalizante. “Só com essas medidas será possível evitar que aqueles recuperados retornem ao vício. Ao mesmo tempo é preciso também se preocupar com aqueles que ainda estão no início do uso de drogas. A prevenção é o caminho para barrar novas vítimas”.

O secretário informa que existe vontade do Governo Federal em intensificar os programas para melhorar o atendimento a esses pacientes com dependência química. Anápolis estaria inserida neste momento na elaboração de programas que possam conseguir esses recursos da União. “Estamos em processo de criação do projeto ‘Recomeçar’ para atender principalmente os jovens. Esse projeto criado pelo Desenvolvimento Social conta com a participação da Educação e da Secretaria de Saúde”, revela Wilmar Martins.

De acordo com o secretário, em Anápolis existe um Centro de Atendimento Psicossocial (Caps) que realiza um tra-

balho de reabilitação de dependentes químicos. Denominado ‘Caps Viver – Álcool e Drogas’, o órgão funciona na Vila Jussara, próximo ao Hospital Municipal Jamel Cecílio. Wilmar Martins salienta que esse Caps funciona através de uma parceria entre Governo Federal e Prefeitura. “Os profissionais são fornecidos pelo município”, frisa o secretário.

Relatório da Secretaria Municipal de Saúde informa que em 2009 foram prestados pelo ‘Caps Viver’ 4.197 procedimentos individuais. Foram feitos ainda 203 atendimentos em grupo. Questionado sobre a eficácia do trabalho de reabilitação de viciados, Wilmar Martins diz que toda a equipe de profissionais é qualificada e oferece atendimento de “alto nível”. Ele reconhece que uma única unidade não é suficiente para suprir toda a demanda. “Todos que procuram a unidade são atendidos e passam a receber acompanhamento, mas sabemos que o número de usuários de drogas na cidade é bem maior que a própria procura no Caps. O tratamento não é obrigatório: temos também que citar esse fato”.

Outro local que presta atendimento aos usuários de forma gratuita é o Hospital Espírita de Psiquiatria. Para isso, a Prefeitura de Anápolis repassa recursos financeiros mensalmente para a unidade. “São encaminhados para lá os casos mais graves, que necessitam de internação”, diz Wilmar Martins. O ‘Caps Viver’ não faz esse tipo de trabalho, ou seja, quando há necessidade de internação, o paciente acaba sendo encaminhado.

Uma terceira unidade que presta atendimento na cidade é o Instituto de Psiquiatria Professor Wassily Chuc, na Vila Góis. A instituição também recebe verba do governo municipal para atender dependentes. (Fernanda Morais)

**cinemais**  
CINEMAIS É MAIS CINEMA  
Disque Cinema - 3321-1825  
PROMOÇÕES  
SEGUNDA ESPETACULAR  
INTEIRA: R\$ 5,00  
e MEIA: 2,50  
SEGUNDA-FEIRA, EXCETO FERIADOS,  
PREÇOS ESPETACULARES em todas as sessões  
QUARTA MAIS  
INTEIRA: R\$ 7,00  
e MEIA: 3,50  
Toda QUARTA-FEIRA, Exceto FERIADOS,  
Promoção em todas as sessões

www.cinemais.com.br

<b>ALVIN E OS ESQUILOS 2</b> 14:40 e 16:40 Censura Livre / Dublado +1	<b>SHERLOCK HOLMES</b> 19:00 e 21:40 Censura 14 anos Dublado +1	<b>AVATAR</b> 15:00 – 18:20 e 21:30 Censura 12 anos Dublado +2
<b>PREMONIÇÃO 4</b> LANÇAMENTO NACIONAL 15:10 – 19:20 e 21:20 Censura 16 anos Legendado +3	<b>XUXA EM O MISTÉRIO DE FEURINHA</b> Diariamente às 17:00 Censura Livre +3	<b>O FADA DO DENTE</b> 15:20 – 18:50 e 21:00 Censura Livre / Dublado +4
		<b>HIGH SCHOOL MUSICAL – O DESAFIO</b> LANÇAMENTO NACIONAL 14:50 – 16:50 19:10 e 21:10 Censura Livre +5

**FILMES EM CARTAZ NO CINE LUMIÈRE**

Anashopping 3318-1310 www.cinelumiere.com.br

<b>SEMPRE AO SEU LADO</b> 15h, 19h20	<b>SHERLOCK HOLMES</b> 17h, 21h30	<b>AVATAR</b> 21h20	<b>ALVIN E OS ESQUILOS 2</b> 15h30, 17h30, 19h30
-----------------------------------------	--------------------------------------	------------------------	-----------------------------------------------------

## CORTESIA JORNAL ESTADO

Recorte o cupom e troque  
por 1 ingresso de cinema na  
sede do Jornal Estado.

Av. JK, 2343,  
Pq. Industrial Nova Capital

Promoção válida para  
os 20 primeiros leitores

APOIO

